

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

RECURSO ADMINISTRATIVO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Pregão Eletrônico Nº 030/2023  
Processo Nº 8.331/2023

Recorrente: ESYWORLD SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro,

A ESYWORLD SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.899.222/0001-86, com sede na Alameda Araguaia No. 2044, Bloco 1, Sala 1014, Bairro Alphaville, CEP 06.455-000, Barueri - SP, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Benjamin Hanoch, portador do CPF nº 45854270820, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1.150 de 13 de dezembro de 2011, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e subsidiariamente na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO.

#### 1. INTRODUÇÃO

Este recurso visa impugnar a habilitação e declaração de vencedor da empresa IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, por violação às normas editalícias e aos princípios regentes da administração pública, especificamente no que tange à licitação pública.

#### 2. DA TEMPESTIVIDADE

Este recurso é interposto dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis após a convocação do Pregoeiro, ou seja, até 09/02/2023, garantindo sua tempestividade e validade para apreciação.

#### 3. DOS FATOS

Identificou-se, durante o pregão eletrônico nº 030/2023, comportamento por parte da IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA que comprometeu a isonomia entre os licitantes.

A emissão de lances em intervalos temporalmente reduzidos, impossíveis de serem praticados humanamente, indica a utilização de mecanismos automatizados para a emissão de lances, uma prática que transgredir não somente as normativas do edital, mas também os fundamentos da licitação pública, prejudicando a competição equitativa e a seleção da proposta mais benéfica para a Administração Pública.

Subsequentemente, a IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, ao ser declarada vencedora, apresentou sua proposta comercial ajustada ao valor do último lance, incluindo o desconto negociado.

Entretanto, a proposta não menciona especificamente a marca e o modelo do produto ofertado, contrariando diretamente o item 12.1.2 b do edital que exige a clara identificação das especificações técnicas, marcas e modelos, conforme também determinado pelo art. 31 da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

Este descumprimento configura uma violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, comprometendo a integridade e a transparência do processo licitatório.

#### 4. DO DIREITO

##### 4.1. Da Ilegalidade do uso de Robôs em Lances

O emprego de sistemas automatizados pela IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA para a inserção de lances viola frontalmente os princípios de isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e competitividade, consagrados pela Constituição Federal e pelas legislações aplicáveis ao regime de licitações no Brasil, tais como a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/2002.

Tal prática distorce o objetivo da licitação de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e justa, comprometendo a igualdade de condições entre os participantes.

O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 1216/2014, já se manifestou sobre a questão, apontando a vantagem competitiva indevida conferida aos licitantes que utilizam tais ferramentas tecnológicas, ainda que não exista vedação expressa nas normativas que regem os pregões eletrônicos.

Essa interpretação reforça o entendimento de que medidas devem ser adotadas para garantir a preservação da isonomia e da integridade do processo licitatório.

A prática observada viola os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, competitividade, e principalmente, da obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Estes princípios, consagrados tanto na Constituição Federal quanto na Lei nº 8.666/93 (art. 3º) e na Lei nº 10.520/2002, constituem o alicerce sobre o qual se constrói o regime de licitações públicas no Brasil.

O uso de robôs para a formulação de lances em pregões eletrônicos é incompatível com o espírito da competição leal, violando diretamente o art. 3º da Lei nº 8.666/93, que estabelece o objetivo da licitação como a garantia da observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Além disso, contraria o art. 4º da Lei nº 10.520/2002, comprometendo a igualdade de condições a todos os licitantes, um pilar essencial para a integridade do processo licitatório.

#### 4.2. Do Descumprimento dos Termos Editalícios pela Proposta Comercial

A empresa IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, declarada vencedora, apresentou sua proposta comercial reajustada ao valor do último lance e com o desconto negociado, após a finalização dos lances.

Contudo, a proposta não menciona especificamente a marca e o modelo da solução ofertada, contrariando diretamente o item 12.1.2 b do edital, que exige a identificação clara das especificações técnicas, marcas, e modelos, conforme exigido também pelo art. 31 da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

Este descumprimento configura uma violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, comprometendo a integridade e a transparência do processo licitatório.

A empresa IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, falhou ao não especificar marcas e modelos da solução ofertada, uma exigência explícita do edital.

Esse descumprimento viola diretamente o item 12.1.2 b do edital e o artigo 31 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Além disso, alinha-se com a disposição do item 12.5.1 do edital, que estabelece a desclassificação de propostas incompletas ou que contenham limitações ou condições divergentes do edital.

A omissão de informações detalhadas na proposta vai contra o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, afetando a transparência e a integridade do processo licitatório.

Jurisprudências relevantes, como aquelas do Tribunal de Contas da União (TCU), têm enfatizado a importância da completa aderência às exigências do edital para garantir um processo de licitação justo e competitivo.

Em decisões semelhantes, o TCU tem reiterado que a falta de informações detalhadas na proposta pode resultar na desclassificação, em respeito aos princípios da legalidade e da vinculação ao edital.

### 5. DAS PROVAS

#### 5.1. Da Ilegalidade do uso de Robôs em Lances

A relação de lances documentada na ata do pregão revela intervalos de tempo entre lances que são humanamente impraticáveis, sugerindo fortemente o uso de automação por parte da empresa IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.

Notadamente, os lances efetuados por esta empresa apresentam intervalos de DÉCIMOS DE SEGUNDOS que desafiam a capacidade de reação humana, como demonstrado a seguir, através de tabela de lances disponível na Ata do Pregão, com os lances destacados (cores) indicando os intervalos curtos questionados:

#### ATA DO PREGÃO

##### PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

##### Ata de Realização do Pregão Eletrônico

##### Nº 00030/2023 (SRP)

Às 10:00 horas do dia 25 de janeiro de 2024, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 486/2023 de 26/06/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 8331/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00030/2023. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento, por subscrição de solução de proteção, detecção e resposta a incidente de endpoint para a proteção e segurança de dados e informações dos computadores da prefeitura municipal de saquarema, incluindo atualizações, garantia e suporte técnico, pelo período de 36 (trinta e seis) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

#### Lances:

Valor do Lance CNPJ/CPF Data/Hora Registro Lance da Empresa:

|              |                    |            |              |           |
|--------------|--------------------|------------|--------------|-----------|
| R\$ 462,8600 | 11.407.946/0001-93 | 25/01/2024 | 10:00:02:700 |           |
| R\$ 460,0000 | 44.270.188/0001-63 | 25/01/2024 | 10:00:02:700 |           |
| R\$ 436,9500 | 05.583.680/0001-37 | 25/01/2024 | 10:16:04:867 |           |
| R\$ 420,0000 | 03.899.222/0001-86 | 25/01/2024 | 10:16:46:530 | ESYWORLD  |
| R\$ 398,9500 | 05.583.680/0001-37 | 25/01/2024 | 10:16:47:040 | IMAGITECH |
| R\$ 390,0000 | 03.899.222/0001-86 | 25/01/2024 | 10:16:58:387 | ESYWORLD  |
| R\$ 370,4600 | 05.583.680/0001-37 | 25/01/2024 | 10:16:59:010 | IMAGITECH |
| R\$ 369,0000 | 03.899.222/0001-86 | 25/01/2024 | 10:17:41:813 | ESYWORLD  |
| R\$ 350,5100 | 05.583.680/0001-37 | 25/01/2024 | 10:17:44:223 | IMAGITECH |
| R\$ 349,0000 | 11.407.946/0001-93 | 25/01/2024 | 10:19:04:883 |           |
| R\$ 331,5100 | 05.583.680/0001-37 | 25/01/2024 | 10:19:05:403 |           |
| R\$ 330,0000 | 03.899.222/0001-86 | 25/01/2024 | 10:19:55:020 | ESYWORLD  |
| R\$ 313,4600 | 05.583.680/0001-37 | 25/01/2024 | 10:19:56:487 | IMAGITECH |
| R\$ 330,0000 | 11.407.946/0001-93 | 25/01/2024 | 10:22:46:970 |           |
| R\$ 312,0000 | 03.899.222/0001-86 | 25/01/2024 | 10:23:23:697 | ESYWORLD  |
| R\$ 296,3600 | 05.583.680/0001-37 | 25/01/2024 | 10:23:25:157 | IMAGITECH |
| R\$ 313,0000 | 11.407.946/0001-93 | 25/01/2024 | 10:24:36:387 |           |

R\$ 459,9900 37.486.551/0001-17 25/01/2024 10:24:51:943

É relevante destacar, conforme evidenciado na tabela apresentada, que a IMAGETECH realizou cinco lances, dos quais três foram executados em intervalos de um segundo, um em dois segundos, e outro em três segundos.

Levando em conta o intervalo temporal requerido pelo sistema informático para registrar cada lance, chega-se à conclusão de que os lances efetuados pela IMAGETECH ocorreram em uma fração de segundos, especificamente em décimos de segundo.

Esta observação sugere a utilização de métodos automatizados na inserção de lances, ultrapassando as capacidades humanas de interação com o sistema, o que levanta questões sobre a observância dos princípios de isonomia e equidade no processo licitatório.

## 5.2. Da Violação das Condições Editalícias na Proposta Comercial

A submissão da proposta ajustada pela IMAGETECH, efetuada após a finalização da fase de lances, revela notória inobservância ao Item 12.1.2b, quanto à delimitação das especificações técnicas detalhadas, mandatórias conforme o edital, notadamente no que tange à indicação de MARCA e MODELO dos itens ofertados. Vejamos:

### "12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

#### 12.1.2. Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar os seguintes elementos:

b) Especificações técnicas, MARCAS, MODELO, e outros elementos exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;"

Esta ausência configura infração explícita ao item 12.5.1 do edital, que preconiza a DESCLASSIFICAÇÃO de propostas que não apresentem informações claras e suficientes para a identificação quantitativa e QUALITATIVA do objeto licitado. Vejamos:

#### "12.5.1 SERÃO DESCLASSIFICADAS ainda as propostas que:

- a) Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa e qualitativa do proposto.
- b) Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente edital."

A falta de especificações detalhadas na proposta apresentada obstaculiza a avaliação precisa da competência técnica da solução proposta em satisfazer os requisitos particulares estabelecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA.

Surge a indagação acerca da capacidade da Administração Pública em classificar e aceitar uma proposta comercial sem a devida especificação de marca e modelo da solução ofertada, impossibilitando a verificação do atendimento às especificações técnicas estipuladas no Termo de Referência.

Adicionalmente, levanta-se o questionamento sobre a garantia pela Administração de que a solução ofertada durante o procedimento licitatório corresponderá efetivamente àquela fornecida no momento da contratação.

A ausência de especificação detalhada de marca e modelo na proposta comercial torna impraticável a verificação prévia de conformidade com as exigências técnicas estabelecidas.

Isso desafia diretamente os princípios de eficiência, eficácia e moralidade administrativa, além de colocar em risco a satisfação das necessidades da Administração Pública, conforme preconizado pela Lei nº 8.666/93 e reforçado pela jurisprudência pertinente, comprometendo a execução contratual alinhada às expectativas e especificações técnicas previamente definidas.

Esta lacuna constitui uma transgressão ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, assegurado pela Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), em especial ao seu art. 3º, que sublinha a garantia da igualdade de condições a todos os concorrentes e a escolha da proposta mais vantajosa, reforçando a importância da estrita adesão às disposições editalícias.

A apreciação jurídica dessa questão sublinha a importância de aderir estritamente às exigências do edital, alinhando-se à jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Solicita-se respeitosamente ao Pregoeiro que aplique o mesmo nível de rigor na avaliação do cumprimento da proposta da empresa vencedora ao que foi empregado durante a análise da documentação de habilitação.

Na fase de habilitação, observou-se uma meticulosidade exemplar na verificação da conformidade de cada documento com as exigências editalícias, critério que inclusive levou à inabilitação de empresas participantes. Assim, impera a necessidade de assegurar que a proposta vencedora esteja igualmente em estrita aderência com todas as especificações e requisitos estabelecidos no edital, garantindo a integridade e a justiça do processo licitatório.

## 6. DO PEDIDO

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro, com a devida vênia, diante dos fatos e dos fundamentos jurídicos (Direito aplicado ao caso concreto) narrados no presente Recurso Administrativo, a empresa ESYWORLD SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA, como única medida de aplicação da isonomia e de justiça, solicita a Vossa Senhoria:

- a) A desclassificação da proposta comercial submetida pela IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA;
- b) O cancelamento da habilitação concedida à referida empresa;
- c) Uma nova avaliação dos lances, pautada em critérios de equidade e transparência;

d) A reabertura da fase de habilitação em favor da empresa que se posicionou imediatamente após a IMAGETECH no ranking de classificação.

e) E, na hipótese de isso não ocorrer, subir à autoridade superior para que a mesma externe seu digno entendimento, tomando-se autoridade corresponsável pelo ato aqui impugnado.

Este pleito tem por fundamento assegurar a integridade e conformidade do procedimento licitatório, com o objetivo de identificar a oferta que melhor atenda aos interesses da Administração Pública, de maneira equânime e competitiva.

Cordialmente,

09 de fevereiro de 2024.

Benjamin Hanoch  
Representante Legal  
ESYWORLD SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA

**Voltar**   **Fechar**